



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CFO/2017

(EDITAL DRH/CRS Nº 07/2016, DE 23/05/16)

GABARITO OFICIAL

PROVA “A”

1ª QUESTÃO	A	B	C	D	21ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D	22ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D	23ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D	24ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D	25ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D	26ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D	27ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D	28ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D	29ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D	30ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D	31ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D	32ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D	33ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D	34ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D	35ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D	36ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D	37ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D	38ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D	39ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D	40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2016.

(a) Flávia Noronha Corrêa, Ten Cel PM
Chefe do Centro de Recrutamento e Seleção



**CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE
OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, PARA O ANO DE 2017.**

CFO/2017 – PROVA TIPO “A”

(Edital DRH/CRS n. 07/2016, de 23 de maio de 2016)

Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Penal Militar, Direito Penal, Direito Processual Penal Militar, Direito Processual Penal, Direito Administrativo e Legislação Extravagante e Institucional.

NOME: _____.

CPF: _____ IDENTIDADE: _____.

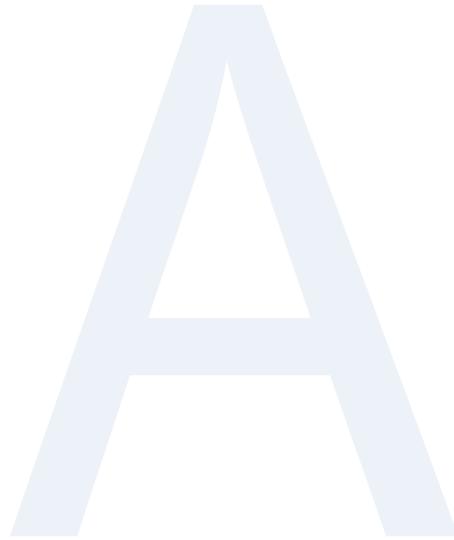
ESCOLA: _____ SALA: _____.

CIDADE PROVA: _____ DATA: 25/09/2016.

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 5,0 (cinco) pontos cada e valor total de 200 (duzentos) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta.
5. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização das provas de conhecimentos (objetiva e dissertativa) será de 4 (quatro) horas, assim distribuídas: a) das 08:30 às 11:30 horas: resolução da prova objetiva e o preenchimento da folha de respostas; b) das 11:30 às 12:30 horas: confecção da redação.
8. É proibido o porte, a posse de aparelhos e equipamentos eletrônicos, telefones celulares, computadores, relógios de qualquer tipo alarmes de veículos e similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, depois de transcorrido o tempo mínimo de 1h, e devidamente acompanhados.
10. Ao final, entregue ao aplicador a folha de redação, e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.

RASCUNHO



RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

O Roubo do Relógio

Rolando Boldrin

Naquele arraial do Pau Fincado, havia um sujeitinho danado pra roubar coisas. Às vezes galinha, às vezes cavalo, às vezes coisas miúdas. A verdade é que o dito cujo era chegado em surrupiar bens alheios.

Todo mundo daquele arraial já estava até acostumado com os tais furtos. E a coisa chegou a tal ponto de constância que bastava alguém da por falta de qualquer objeto e lá vinha o comentário: “Ah, foi o Justino Larápio”.

E foi numa dessas que sumiu o relógio do cumpadi João, um cidadão por demais conhecido por aquelas bandas do Pau Fincado. Foi a conta de sumir o relógio dele para o dito cujo correr pra delegacia mais próxima e dar parte do fato.

O delegado pediu que o sêo João arranjasse três testemunhas para lavrar o ocorrido e então prender o tal ladrãozinho popular. Arranjar três testemunhas de que o tal Justino havia surrupiado qualquer coisa era fácil, dado a popularidade do dito cujo pra esses afazeres fora da lei.

A cena que conto agora transcorreu assim, sem tirar nem pôr. Intimado o Justino, eis ali, ladrão, vítima e três testemunhas:

DELEGADO (para a primeira testemunha) – O senhor viu o Justino roubar o relógio do sêo João, aqui presente?

TESTEMUNHA 1 – Dotô.Vê, ansim com os óio, eu num posso dizê que vi. Mas sei que ele é ladrão mêmo. O que ele vê na frente dele, ele passa a mão na hora. Pode prendê ele dotô!

DELEGADO (para a segunda testemunha) – E o senhor? Viu o Justino roubar o relógio do sêo João?

TESTEMUNHA 2 – Óia, dotô ...num vô falá que vi ele fazê isso, mas todo mundo no arraiá sabe que ele róba mêmo, uai. Pode prender sem susto. Eu garanto que foi ele que robô esse relógio.

DELEGADO (para a última testemunha) – E o senhor? Pode me dizer se viu o Justino roubar o relógio do sêo João?

TESTEMUNHA 3 – Dotô, ponho a mão no fogo si num foi ele. Prende logo esse sem vergonha, ladrão duma figa. Foi ele mêmo!

DELEGADO – Mas o senhor não viu ele roubar? O senhor sabe que foi ele, mas não viu o fato em si?

TESTEMUNHA 3 – Num carece de vê, dotô! Todo mundo sabe que ele róba. Pode preguntá pra cidade intêra. Foi ele. Prende logo esse peste!

DELEGADO (olhando firme para o Justino) – Olha aqui, Justino. Eu também tenho certeza de que foi você que roubou o relógio do sêo João. Mas, como não temos provas cabíveis, palpáveis e congruentes.... você está, por mim, absolvido.

JUSTINO (espantado, arregalando os olhos para o delegado) – O que, dotô ? O que que o sinhô me diz? Eu tô absorvido????

DELEGADO – Está absolvido.

JUSTINO – Qué dizê intão que eu tenho que devorvê o relógio?

Disponível em: <http://www.rolandoboldrin.com.br/causos>. Acessado em 19 ago. de 2016.

INTERPRETAÇÃO DO TEXTO E GRAMÁTICA

1ª QUESTÃO – Leia o excerto a seguir marque a alternativa CORRETA. “*Naquele arraial do Pau Fincado, havia um sujeitinho danado pra roubar coisas.*”

De acordo com o excerto apresentado, o diminutivo foi empregado pelo autor para reforçar o sentido:

- A. () Pejorativo.
- B. () Carinhoso.
- C. () Tamanho.
- D. () Provocativo.

2ª QUESTÃO – Leia o excerto a seguir e marque a alternativa CORRETA. “*Dotô. Vê, ansim com os óio, eu num posso dizê que vi. Mas sei que ele é ladrão mêmo*”.

Quanto ao emprego da vírgula, a oração sublinhada tem a função de:

- A. () Conjunção pospositiva.
- B. () Adjunto adnominal.
- C. () Adjunto adverbial.
- D. () Adjetiva explicativa.

3ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Quanto à diversidade linguística no texto apresentado, podemos afirmar que o autor optou por:

- A. () utilizar uma variação diastrática.
- B. () utilizar uma variação diafásica.
- C. () utilizar uma variação histórica.
- D. () utilizar uma variação diatópica.

4ª QUESTÃO – Nas alternativas abaixo, apenas uma das palavras sublinhadas poderia ser substituída pela que está entre colchetes sem sofrer alteração de sentido.

Assinale a alternativa em que a substituição está CORRETA.

- A. () Mas, como não temos provas cabíveis, palpáveis e congruentes.... você está, por mim, absolvido. [açoitado]
- B. () Num carece de vê, dotô! Todo mundo sabe que ele róba. [convir]

- C. () E foi numa dessas que sumiu o relógio do cumpadi João, um cidadão por demais conhecido por aquelas bandas do Pau Fincado. [conjunto]
- D. () Todo mundo daquele arraial já estava até acostumado com os tais furtos. E a coisa chegou a tal ponto de constância que bastava alguém da por falta de qualquer objeto e lá vinha o comentário: “Ah, foi o Justino Larápio”. [persistência]

5ª QUESTÃO – Leia as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. A variação linguística é um interessante aspecto da língua portuguesa e pode ser compreendida por meio das influências históricas e regionais sobre os falares.
- II. A língua é um sistema que não admite nenhum tipo de variação linguística, sob pena de empobrecimento do léxico.
- III. O tipo de linguagem do texto compromete o seu entendimento ao leitor.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Apenas a assertiva II, está correta.
- B. () Apenas a assertiva I, está correta.
- C. () Apenas a assertiva III, está correta.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PENAL

6ª QUESTÃO – Considerando o que se estabelece a respeito das espécies e os sujeitos da infração penal, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. A legislação penal brasileira utiliza uma divisão tripartida com relação às espécies de infração penal, dividindo se em crimes, delitos e contravenções.
- II. As contravenções penais são infrações de menor potencial ofensivo a que a lei comina, isoladamente, penas de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.
- III. Nos crimes permanentes o resultado se arrasta na linha do tempo necessitando de várias ações e resultados fáticos.
- IV. O sujeito passivo da infração penal é o titular do bem jurídico ofendido, posto em perigo ou agredido.
- V. Nos crimes habituais o resultado é o conjunto de ações/omissões que demonstram um estilo de vida próprio.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, III e V estão incorretas.
- C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II e V estão incorretas.

7ª QUESTÃO – Com relação às excludentes de tipicidade, de ilicitude e de culpabilidade, com fundamento no Decreto Lei n. 2.848, de 07/12/1940, que institui o Código Penal Brasileiro, marque “V” para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e “F” para a(s) falsa(s) e, ao final, responda o que se pede.

- () A contrariedade de uma conduta com o direito, causando lesão a um bem jurídico protegido, se amolda ao conceito de antijuridicidade.
- () O Código Penal prevê a hipótese de utilização da legítima defesa em situação de agressão que já cessou, além de agressão iminente, ou seja, aquela que está próxima a ocorrer.
- () O agente que em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- () A emoção ou a paixão não exclui a imputabilidade penal.
- () O agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, é isento de pena.

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. () V, F, F, V, V.
- B. () F, V, V, F, V.
- C. () V, V, F, V, F.
- D. () F, F, F, F, V.

8ª QUESTÃO – Considerando o que prevê o Código Penal Brasileiro a respeito dos regimes de cumprimento de pena, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira e, ao final, responda o que se pede.

- | | | |
|----------------------|-----|---|
| 1. Regime fechado | () | A execução da pena em casa de albergado. |
| 2. Regime semiaberto | () | A execução da pena em colônia agrícola. |
| 3. Regime aberto | () | Poderá, desde o início, cumpri-la, o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos. |
| | () | A execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média. |
| | () | Deverá começar a cumpri-la, o condenado a pena superior a oito anos. |
| | () | Baseia-se no senso de responsabilidade do condenado. |
| | () | O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia industrial. |

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. () 3, 2, 3, 1, 1, 3, 2.
 B. () 2, 3, 2, 1, 2, 3, 1.
 C. () 3, 1, 3, 2, 1, 2, 3.
 D. () 2, 2, 3, 1, 2, 2, 3.

9ª QUESTÃO – Considerando o que estabelece pelo Código Penal Brasileiro, mais especificamente sobre o crime de homicídio, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. É causa de aumento de pena, a prática do crime contra integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função.
- II. É causa de diminuição de pena, no caso de feminicídio, se o crime for cometido na presença de descendentes ou de ascendente da vítima.
- III. No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.
- IV. São consideradas circunstâncias legais que qualificam o crime de homicídio, a realização do tipo penal: por motivo fútil, à traição, mediante dissimulação e com emprego de explosivo.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
 B. () Apenas as assertivas I e II estão incorretas.
 C. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 D. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.

10ª QUESTÃO – Com relação aos crimes contra a administração pública, com fulcro no Código Penal Brasileiro, marque “V” para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e “F” para a(s) falsa(s) e, ao final, responda o que se pede.

- () O funcionário público que praticar violência, no exercício da função ou à pretexto de exercê-la, comete o crime de violência arbitrária.
- () A conduta de aceitar, em razão de futura função pública ainda não assumida, mesmo em razão desta, promessa de vantagem indevida, é considerada como um fato atípico.
- () No peculato culposo, se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz de metade a pena imposta.
- () O funcionário público que revela fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação, comete o crime de advocacia administrativa.

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. () F, V, V, F.
- B. () V, F, V, V.
- C. () F, V, F, V.
- D. () V, F, F, F.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11ª QUESTÃO – Na lição de Edilson Mougenot Bonfim (2012), o “inquérito policial é o procedimento administrativo, preparatório e inquisitivo, presidido pela autoridade policial, e constituído por um complexo de diligências realizadas pela polícia, no exercício da função judiciária, com vistas à apuração de uma infração penal e à identificação de seus autores”. Nesse sentido, considerando o que apregoa a lei processual penal, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Na fase pré-processual, se a indicação da autoria, materialidade e circunstâncias exigir a elaboração de Exame de Corpo de Delito, a defesa tem o direito de participar da produção da prova indicando assistente técnico.
- B. () Instaurado o Inquérito Policial e, tendo a autoridade policial carreado para os autos provas inequívocas de que o agente praticara a conduta amparado por excludente de ilicitude, deve a investigação ser encerrada e os autos arquivados pela autoridade policial, sendo desnecessária a comunicação formal ao juízo haja vista cuidar-se de procedimento administrativo.

- C. () Quando o requerimento do ofendido ou de seu representante não apresentar conjunto probatório indiciário mínimo à abertura de investigação, ou quando o fato não ostentar contornos de criminalidade, a autoridade policial poderá recusar a instauração de inquérito.
- D. () Com a eclosão do delito, tem-se que o Inquérito Policial é imprescindível à propositura da ação penal.

12ª QUESTÃO – No que diz respeito à atividade probatória admitida no processo penal brasileiro, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda ao que se pede.

- I. As regras do ônus da prova visam determinar, em cada situação, a quem incumbe a produção de provas acerca de cada fato.
- II. A “teoria dos frutos da árvore envenenada” não encontra guarida no regramento processual penal brasileiro.
- III. O Código de Processo Penal não apresenta um rol taxativo dos meios de provas admissíveis, lado outro, aduz que os únicos fatos acerca dos quais o meio de prova é prescrito pela lei são aqueles referentes ao estado das pessoas.
- IV. Diz-se emprestada a prova produzida em um processo, e depois transladada a outro, com o fim de nele comprovar determinado fato.
- V. Sendo parcas as provas produzidas no curso do processo penal pode o juiz, à luz do princípio do “livre convencimento motivado”, fundamentar a sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase inquisitorial.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () As assertivas I, IV e V estão incorretas.
- B. () As assertivas I, III e IV estão corretas.
- C. () As assertivas II e III estão corretas.
- D. () As assertivas I e IV estão incorretas.

13ª QUESTÃO – Considerando os preceitos que regem o procedimento de “busca e apreensão” e, tendo-se por referência o previsto no Código de Processo Penal (CPP), marque a alternativa CORRETA.

- A. () Em se tratando de busca domiciliar realizada durante o dia em cumprimento a mandado judicial, a autorização do morador é prescindível.
- B. () Em se tratando de busca domiciliar, o uso da força e o arrombamento só têm cabimento em caso de desobediência do morador.
- C. () Em face da violação à intangibilidade do direito à intimidade e à privacidade, a busca pessoal requer a respectiva ordem judicial.
- D. () Quando a própria autoridade policial ou judiciária realizar pessoalmente a busca domiciliar, o mandado de busca e apreensão constitui-se em instrumento prescindível.

14ª QUESTÃO – No processo penal, as medidas cautelares de natureza pessoal são “aquelas medidas restritivas ou privativas da liberdade de locomoção adotadas contra o imputado durante as investigações ou no curso do processo” (Renato Brasileiro de Lima, 2011). A respeito do tema e, tendo por referência o que apregoa o Código de Processo Penal (CPP), marque a alternativa CORRETA.

- A. () As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes, tanto na fase pré-processual quanto no curso do processo.
- B. () O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivos, porém, tendo por supedâneo a segurança jurídica e presunção da inocência, é defeso ao juiz voltar a decretar nova medida cautelar em desfavor daquele que, no mesmo processo, houver sido beneficiado com a revogação da medida cautelar.
- C. () Em se tratando de medida cautelar diversa da prisão, o CPP veda a sua aplicação cumulativa e, tal vedação, constitui-se em garantia do jurisdicionado em face do poder punitivo do Estado.
- D. () As condições pessoais do indiciado ou acusado têm o condão de influenciar o julgador quando da aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal.

15ª QUESTÃO – No que diz respeito à prisão, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Lavrado o auto de prisão em flagrante e não havendo o preso indicado nome de advogado, a autoridade policial, ao encaminhar os autos ao juiz, também encaminhará cópia integral ao Ministério Público.
- B. () A homologação do auto de prisão em flagrante pela autoridade judiciária indicando cuidar-se de prisão legal, não é suficiente para que o preso permaneça acautelado no curso da instrução criminal.
- C. () O Ministério Público não é destinatário do comunicado de prisão em flagrante haja vista faltar-lhe atribuição para a realização do juízo de legalidade quanto à prisão. A comunicação é dirigida ao juiz e à família ou pessoa pelo preso indicada.
- D. () A prisão temporária será decretada pelo juiz, de ofício ou em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá prazo de cinco dias prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

DIREITO PENAL MILITAR

16ª QUESTÃO – Em relação às formas qualificadas do furto, previstas no artigo 240 do Código Penal Militar (Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969), marque a alternativa CORRETA.

- A. () O furto será qualificado quando a coisa furtada for veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado.
- B. () O furto será qualificado quando for praticado com violência contra a pessoa e com emprego de arma de fogo.
- C. () O furto será qualificado quando a coisa furtada pertencer à Fazenda Nacional.
- D. () O furto será qualificado quando for praticado durante o repouso noturno.

17ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Um militar que estando escalado de serviço de sentinela do Quartel, posto fixo de observação avançada, em noite fria e chuvosa, após iniciar o serviço é surpreendido por seu superior hierárquico, dentro do paiol de munição, afastado de seu posto, deitado e enrolado em um espesso cobertor, à luz do Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969, comete:

- A. () Dormir em serviço, artigo 203 do CPM.
- B. () Descumprimento da missão, artigo 196 do CPM.
- C. () Abandono de posto, artigo 195 do CPM.
- D. () Recusa de obediência, artigo 163 do CPM.

18ª QUESTÃO – Em relação aos crimes preterdolosos previstos no Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Os crimes de violência contra o superior (artigo 157 do CPM) e violência contra militar de serviço (artigo 158 do CPM) podem ocorrer na modalidade preterdolosa, se da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.
- B. () É possível afirmar que existe tentativa para todos os crimes preterdolosos previstos no CPM, quando da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, sendo que, a pena do crime contra a pessoa é sempre diminuída de um terço e a da tentativa sempre diminuída da metade, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.
- C. () Os crimes de desrespeito a superior (artigo 160 do CPM) e ofensa aviltante a inferior (artigo 176 do CPM) podem ocorrer na modalidade preterdolosa, se da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.

- D. () Os crimes de rigor excessivo (artigo 174 do CPM) e violência contra o inferior (artigo 175 do CPM) podem ocorrer na modalidade preterdolosa, se da violência resulta lesão corporal ou morte, atendendo-se, neste caso, as circunstâncias que evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.

19ª QUESTÃO – Considerando o estabelecido no Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969, acerca do *iter criminis* (caminho do crime), analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. Cogitação é a fase que se passa na mente do agente, de modo a definir qual será a infração penal a ser praticada; idealizando, imaginando, prevendo, planejando e antecipando mentalmente o resultado o qual se busca alcançar.
- II. Preparação é a fase em que o agente, uma vez já selecionada a infração penal a ser cometida, começa a se preparar, praticar atos imprescindíveis à execução, cria condições adequadas para a consecução com êxito da empreitada criminosa.
- III. Execução é fase na qual o agente consegue efetivamente praticar a infração penal pretendida, violando o bem jurídico protegido, após reunir todos os elementos de sua definição legal, atingindo desta forma o seu intento inicial.
- IV. Consumação é a fase na qual o agente evidencia o início do ataque, a agressão, ao bem jurídico protegido, utilizando os meios traçados no plano criminoso.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () As assertivas II e IV estão corretas.
- B. () As assertivas I, e III estão corretas.
- C. () As assertivas II e III estão corretas.
- D. () As assertivas I e II estão corretas.

20ª QUESTÃO – Em relação às penas principais e acessórias, considerando o estabelecido pelo Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A pena de incompatibilidade com o oficialato e a pena de exclusão das forças armadas são consideradas, respectivamente, pena principal e acessória.
- B. () A pena de impedimento e a pena de perda do posto e da patente são consideradas, respectivamente, pena principal e acessória.
- C. () A pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e pena de reforma são consideradas, respectivamente, pena principal e acessória.
- D. () A pena de perda de posto e patente e a pena de indignidade para o oficialato são consideradas, respectivamente, pena principal e acessória.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

21ª QUESTÃO – Acerca da ação penal militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A instauração de inquérito, por parte da autoridade policial militar, ocorrerá todas as vezes que o Ministério Público requisitar que se proceda diligências para esclarecimento do fato narrado por pessoa que esteja no exercício do direito de representação.
- B. () No crime de “Hostilidade contra país estrangeiro” previsto no art. 136 do Código Penal Militar, a ação penal; sendo o agente militar, dependerá de requisição, que será feita ao procurador-geral da Justiça Militar, pelo Ministério a que o agente estiver subordinado.
- C. () O Ministério Público, após a apresentação da denúncia, poderá desistir da ação penal, se entender que não existe prova de ter o acusado concorrido para a infração penal.
- D. () A ação penal privada subsidiária da pública não é aplicável às infrações penais militares.

22ª QUESTÃO – Sobre o instituto da “DENÚNCIA”, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A denúncia que não preencher os requisitos previstos na lei, o juiz antes de rejeitá-la, mandará em despacho, remeter o processo ao órgão do Ministério Público para que, dentro do prazo de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos, sejam preenchidos os requisitos que não o tenham sido.
- B. () A extinção da punibilidade poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, ouvido o Ministério Público, mesmo sendo este o autor do pedido.
- C. () A rejeição da denúncia pelo juiz de direito do juízo militar é um ato vinculado às hipóteses previstas na legislação processual penal militar.
- D. () Ocorrendo a morte do acusado, se declarará a extinção da punibilidade sem a certidão de óbito do acusado, bastando o relatório e solução do procedimento investigatório.

23ª QUESTÃO – Nos termos do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei n. 1.002, de 21/10/1969), o executor da busca domiciliar, estando ausente o morador, tem que seguir os procedimentos previstos na referida lei. Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Tentará localizá-lo para lhe dar ciência da diligência e aguardará a sua chegada, se puder ser mediata.
- B. () Entrará na casa, utilizando o serviço de um chaveiro, não sendo possível a utilização deste serviço, a arrombará, se necessário.
- C. () Fará a busca, rompendo, obrigatoriamente, todos os obstáculos em móveis ou compartimentos onde, presumivelmente, possam estar as coisas ou pessoas procuradas.
- D. () No caso de não ser encontrado o morador ou não comparecer com a necessária presteza, convidará pessoa capaz, que identificará para que conste do respectivo auto, a fim de testemunhar a diligência.

24ª QUESTÃO – Em relação a “CONFISSÃO”, prevista no Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei n. 1.002, de 21/10/1969), marque a alternativa CORRETA.

- A. () Vigor no processo brasileiro o princípio da persuasão racional.
- B. () A confissão é retratável e indivisível.
- C. () A confissão é cabível até o momento do interrogatório do acusado.
- D. () A confissão para ser válida tem que ser feita perante o Ministério Público.

25ª QUESTÃO – Considerando o que prevê o Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei n. 1.002, de 21/10/1969), a respeito “DAS PERÍCIAS E EXAMES”, marque a alternativa CORRETA.

- A. () As perícias serão feitas por perito especializado no assunto ou com habilitação técnica, observando que o perito ou intérprete será nomeado de preferência dentre oficiais da ativa, atendida a especialidade.
- B. () A autoridade policial militar e a judiciária poderão requisitar dos institutos médico-legais, dos laboratórios oficiais e de quaisquer repartições técnicas, militares ou civis, as perícias e exames que se tornem necessários ao processo, bem como, para o mesmo fim, homologar os que neles tenham sido regularmente realizados.
- C. () A autoridade policial militar, o Ministério Público ou a judiciária, tendo em atenção à natureza do exame, marcará prazo razoável, que poderá ser prorrogado, para apresentação dos laudos.
- D. () O juiz não poderá negar a perícia, mesmo se a reputar desnecessária ao esclarecimento da verdade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26ª QUESTÃO – Em relação à Administração Pública e Governo, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Existe diferença entre as três funções do Estado. Embora o poder estatal seja uno, indivisível e indelegável, ele desdobra-se em três funções: a legislativa, a executiva e a moderadora.
- B. () Em sentido objetivo, a Administração Pública abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo.
- C. () A função política compreende o serviço público, a intervenção, o fomento e a polícia.
- D. () O regime jurídico da Administração Pública é predominantemente de direito privado.

27ª QUESTÃO – Em relação aos princípios da Administração Pública, marque “V” para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e “F” para a(s) falsa(s) e, ao final, responda o que se pede.

- () O princípio da Moralidade Pública deve ser observado pelo administrador e pelo particular que se relaciona com a Administração Pública.
- () O princípio da Supremacia do Interesse Público não está presente no momento da elaboração da lei, mas somente no momento de sua execução em concreto pela Administração Pública.
- () A Presunção de Legitimidade ou de Veracidade abrange dois aspectos: de um lado, a presunção da verdade, que diz respeito à certeza dos fatos; de outro lado, a presunção da legalidade, pois se a Administração Pública se submete à lei, presume-se, até prova em contrário, que todos os seus atos sejam verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes.
- () O princípio da Motivação dispensa a Administração Pública de indicar os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, dado a dúvida jurisprudencial da plena aplicação deste princípio.
- () O princípio da Eficiência Pública foi inserido no texto constitucional por meio da Emenda n. 19, de 04/06/1998.

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. () V, F, V, F, V.
- B. () V, F, F, V, V.
- C. () F, F, V, V, F.
- D. () V, V, F, F, F.

28ª QUESTÃO – Os atos administrativos são classificados em espécie. Em relação ao conteúdo do Ato Administrativo, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () A Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- B. () A Permissão, em sentido amplo, designa o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.
- C. () A Homologação é o ato bilateral e discricionário pelo qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico.
- D. () O Parecer é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.

29ª QUESTÃO – Sobre o controle da Administração Pública são apresentadas as assertivas abaixo. Marque “V” para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e “F” para a(s) falsa(s) e, ao final, responda o que se pede.

- () A Constituição da República Federativa do Brasil/1988 prevê o controle externo da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, mas é silente quanto ao controle interno.
- () Não compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- () O controle da Administração Pública abrange não só os órgãos do Poder Executivo, mas também os dos demais Poderes, quando exerçam função tipicamente administrativa.
- () O controle administrativo decorrente do poder de autotutela pode ser provocado pelos administrados por meio dos recursos administrativos.
- () Não se reconhece o *habeas data* como ação judicial de controle da Administração Pública.

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. () V, F, F, F, V.
- B. () F, V, F, V, F.
- C. () V, V, V, F, V.
- D. () F, F, V, V, F.

30ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. Em relação à Intervenção do Estado na Propriedade e Atuação no Domínio Econômico.

- A. () O tombamento é forma de intervenção do Estado na propriedade privada, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- B. () Servidão administrativa é o direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou por seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública.
- C. () A requisição administrativa depende da aquiescência do particular e da prévia intervenção do Poder Judiciário.
- D. () Ocupação temporária é a forma de limitação do Estado à propriedade privada que se caracteriza pela utilização transitória, gratuita ou remunerada, de imóvel de propriedade particular, para fins de interesse público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Quanto à segurança pública que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, podemos afirmar que:

- A. () Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- B. () Às polícias militares, dirigidas por oficiais de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- C. () A polícia militar, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
- D. () A polícia militar, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

32ª QUESTÃO – Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque “V” para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e “F” para a(s) falsa(s) e, ao final, responda o que se pede.

- () Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- () Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação de impostos e a do depositário fiel.
- () Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- () Conceder-se-á *habeas data* para fins de trancamento de ação penal abusiva.
- () Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. () V, F, V, V, V.
- B. () V, F, V, F, V.
- C. () F, V, V, V, F.
- D. () F, V, F, F, F.

33ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente:

- A. () A extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- B. () Nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- C. () A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- D. () Os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal.

34ª QUESTÃO – Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil/1988, marque “V” para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e “F” para a(s) falsa(s) e, ao final, responda o que se pede.

- () São direitos dos trabalhadores urbanos garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, salvo para os que percebem remuneração variável.
- () São direitos dos trabalhadores jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, independente de negociação coletiva.
- () São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- () É livre a associação profissional ou sindical, observado, dentre outros, o seguinte: a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- () É proibida a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo.

- A. () V, V, F, F, V.
- B. () F, F, F, V, F.
- C. () V, V, V, F, V.
- D. () F, F, V, V, F.

35ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 poderá ser emendada mediante proposta:

- A. () Por unanimidade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- B. () De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- C. () Do Governador do Distrito Federal.
- D. () De metade das câmaras de vereadores de uma unidade da Federação.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E INSTITUCIONAL

36ª QUESTÃO – Com fulcro na Lei Estadual n. 5.301, de 10/10/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG), especialmente no que concerne às disposições do seu “CAPÍTULO II - Da Hierarquia e da Precedência Militar”, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. A relação nominal dos oficiais da ativa constará dos “almanaques” da Polícia Militar, que serão organizados anualmente e cuja distribuição dar-se-á nos respectivos cinco quadros de oficiais previstos no EMEMG, de acordo com a antiguidade dos postos.
- II. O ingresso em todos os quadros de oficiais da PMMG dar-se-á no posto inicial da carreira, ou seja, de 2º Tenente, desde que cumpridos os requisitos previstos no EMEMG, sendo que, apenas para o ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) é exigido o cumprimento do período de estágio na graduação de Aspirante-a-Oficial.
- III. Um dos requisitos comuns ao ingresso em qualquer um dos quadros de oficiais da PMMG é a necessidade de prévia aprovação em Curso de Formação ou de Habilitação na Instituição.
- IV. Uma das formas de regulação da precedência hierárquica entre os oficiais da ativa da PMMG do mesmo posto é fixada pela precedência funcional, que, dentre outras situações, é conferida aos oficiais do Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) em relação aos oficiais dos demais quadros.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Apenas a assertiva III esta correta.
- B. () Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

37ª QUESTÃO – Dentre o rol dos princípios de ética militar listados na Lei Estadual n. 14.310, de 19/06/2002, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), tem-se que o militar deverá abster-se, mesmo na reserva remunerada, do uso das designações hierárquicas em determinadas situações elencadas no referido Código. Assim, marque a alternativa CORRETA que contenha uma dessas situações a que se refere o CEDM.

- A. () Em atividades religiosas.
- B. () No exercício de cargo de natureza pública, na administração pública direta ou indireta.
- C. () Em circunstâncias prejudiciais à sua saúde.
- D. () Para discutir ou provocar discussão de cunho político-partidário.

38ª QUESTÃO – Com fulcro na Lei Estadual n. 14.310, de 19/06/2002, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), marque a alternativa CORRETA.

- A. () A sanção de reforma disciplinar compulsória consiste no desligamento de militar da ativa dos quadros da Instituição Militar Estadual.
- B. () A sanção de reforma disciplinar compulsória poderá ser aplicada tanto ao militar que, estando no conceito “C”, foi submetido a Processo Administrativo-Disciplinar Sumário (PADS) por reincidência em falta disciplinar de natureza grave, quanto àquele que, estando no mesmo conceito, foi submetido a Processo Administrativo-Disciplinar (PAD) por haver cometido nova falta disciplinar grave.
- C. () O aconselhamento ou advertência verbal pessoal consistem em uma admoestação verbal ao transgressor e requerem, para a sua aplicação, a concordância com o parecer do CEDMU.
- D. () No julgamento da transgressão, a depender do somatório de pontos obtidos numa escala de 1 a 30 pontos negativos, serão aplicadas as seguintes sanções disciplinares: advertência, repreensão, prestação de serviço ou suspensão. Independentemente das referidas sanções ou cumulativamente com elas, poderão ser aplicadas as seguintes medidas: cancelamento de matrícula, com desligamento de curso, estágio ou exame; destituição de cargo, função ou comissão e movimentação de unidade ou fração.

39ª QUESTÃO – Nos termos da Lei n. 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha), analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.
- II. O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas, familiares e profissionais no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão e trabalho excessivo.
- III. Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida é uma das providências que a autoridade policial deverá adotar no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.
- IV. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, alguns procedimentos elencados na Lei Maria da Penha, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal. Dentre eles, deverá a referida autoridade remeter, no prazo de 24 horas, expediente apartado ao juiz por intermédio do Ministério Público com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () As assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () As assertivas II e IV estão incorretas.
- C. () Apenas a assertiva IV esta incorreta.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

40ª QUESTÃO – Com fulcro na legislação nacional vigente, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A Lei n. 11.343/06, ao estabelecer os procedimentos para investigação criminal do tráfico ilícito de drogas, prevê que a autoridade policial poderá, independentemente de prévia autorização judicial e oitiva do Ministério Público, decidir pela não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.
- B. () Nos termos da Lei n. 8.429/92, constitui condição de prosseguibilidade a representação, escrita ou reduzida a termo e assinada, de qualquer pessoa ofendida perante a autoridade administrativa competente ou ao Ministério Público, para que haja a instauração do inquérito policial ou procedimento administrativo destinados a apurar a prática de ato de improbidade praticado por qualquer agente público.
- C. () A Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), no lugar do auto de prisão em flagrante estabeleceu o procedimento do auto de apreensão em flagrante do menor, destinado à apreensão da criança ou adolescente autor de ato infracional, ou seja, da conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- D. () A “ação controlada” prevista na Lei n. 12.850/13 (Lei de Combate e Repressão ao Crime Organizado), que é uma forma do que a doutrina denomina de “flagrante prorrogado” ou “diferido”, não encontra qualquer vedação expressa quanto à sua aplicação à investigação de crimes militares e independe de prévia autorização judicial e oitiva do Ministério Público para a efetivação da medida pela autoridade policial.

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia o fragmento abaixo para desenvolver a proposta de redação.

No início de julho, a Câmara aprovou, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a idade penal de 18 para 16 anos nos casos de crimes graves, incluindo homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e crimes hediondos, como o estupro.

Depois, o Senado acabou aprovando um projeto de lei para mudar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aumentar para dez anos o tempo de internação de menores de 18 anos que tenham cometido crimes hediondos. Atualmente, o tempo máximo é de três anos.

Em agosto, a Câmara retomou o assunto e aprovou em segundo turno a PEC que reduz a idade penal no caso de crimes graves. O tema seguiu para o Senado.

Adaptado a partir da versão disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/confira-dez-temas-polemicos-que-o-congresso-deve-enfrentar-em-2016.html/> . Acessado em 09 jun. 2016.

2. Tendo em vista o fragmento apresentado e suas informações, produza um texto **dissertativo-argumentativo** sobre o tema: **A redução da maioria penal e os seus reflexos para a Segurança Pública.**

3. Em sua dissertação procure ser claro, respeitando as regras gramaticais e ordenando os pensamentos em uma sequência metódica e lógica.

4. Escreva em uma linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes.

5. DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO.

6. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

7. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

8. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

9. Escreva com letra cursiva ou de fôrma. Diferencie as letras **MAIÚSCULAS** das **MINÚSCULAS**.

10. Será atribuída nota zero à redação:

a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;

b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;

c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;

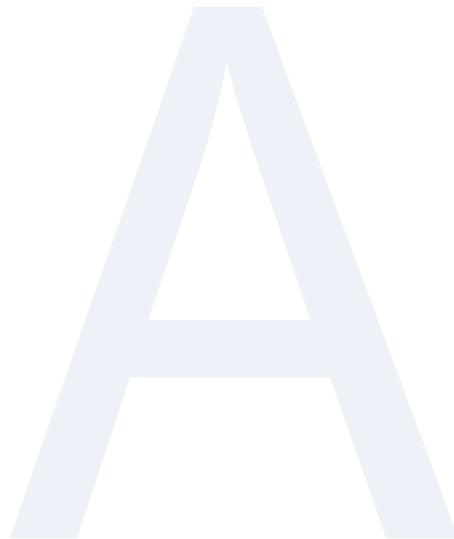
d) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;

e) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO



-----corte aqui-----

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40